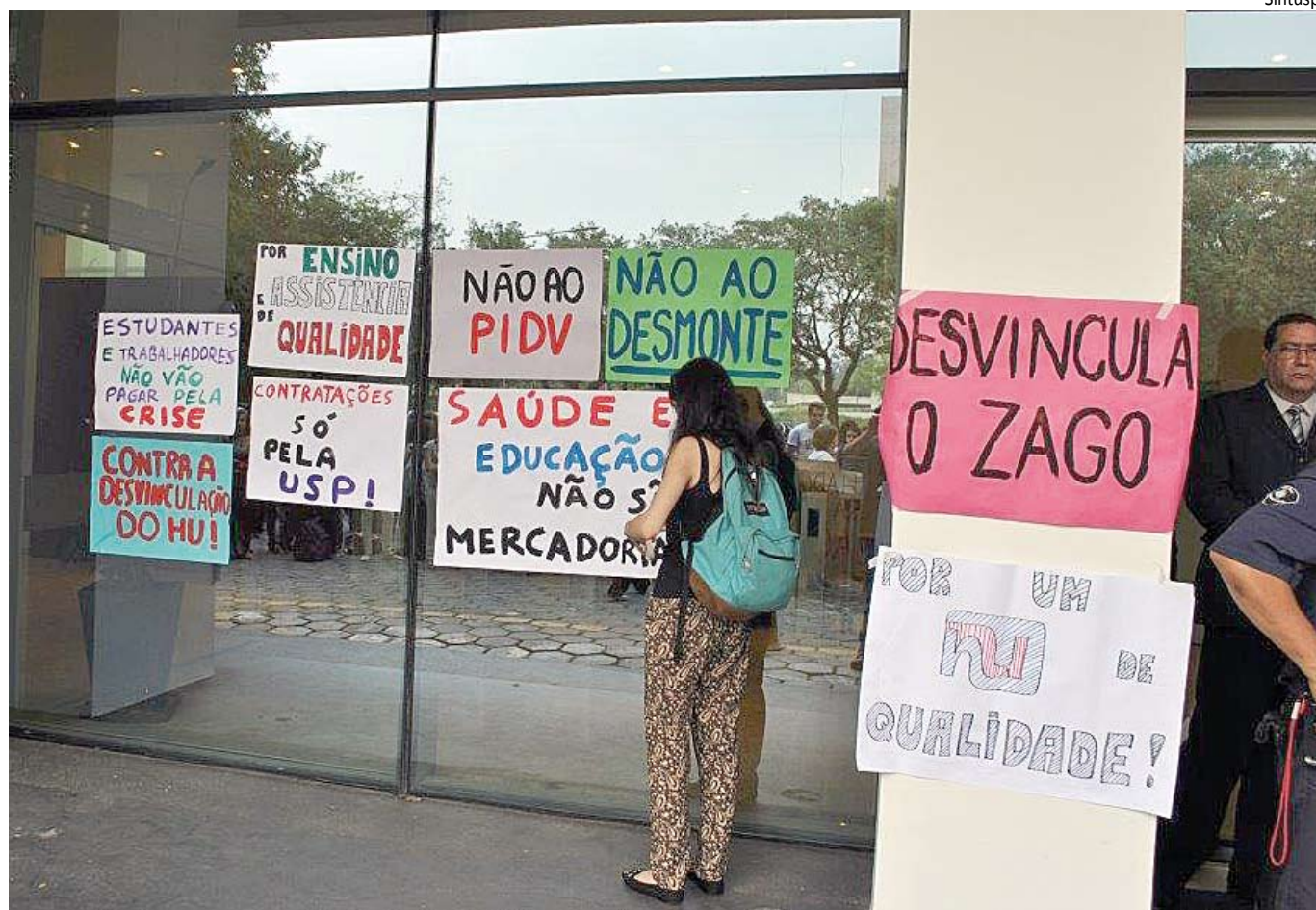


DEMISSÕES “VOLUNTÁRIAS” EM MASSA (PIDV) E PACOTE FISCAL ARREBENTAM A USP

Em apenas três anos e com duas rodadas de Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), a USP perdeu 3.676 funcionários técnico-administrativos. O enxugamento de 15,43% de seu corpo de trabalho neste curto período é a maior redução do quadro funcional na história da USP. Além disso, nas fatídicas sessões de 7 de março e 11 de abril de 2017 o Conselho Universitário aprovou o pacote fiscal denominado “Parâmetros de Sustentabilidade”, que poderá resultar em 5 mil novas demissões — e foi comemorado pelo reitor

Gabriela Moncau
Jornalista



Bombas de efeito moral estouravam do lado de fora da Reitoria da USP. Correrias, gritos de ordem, disparos de balas de borracha, golpes de cassetetes, presos e feridos. Do lado de dentro do prédio hoje cercado por altas grades, o Conselho Universitário (Co) se reunia para aprovar um novo pacote fiscal, os “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP”, que fixam tetos para as despesas com salários, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, e abrem a possibilidade de demissão de milhares de funcionários técnico-administrativos e, também, de docentes.

Tudo isso ocorreu no fatídico 7 de março de 2017, data que passará à história da USP como aquela em que a Reitoria, não contente em convocar um pelotão de choque da Polícia Militar para dissolver uma manifestação pacífica da comunidade universitária, ainda permitiu que as dependências de sua sede fossem utilizadas como cárcere improvisado de funcionários e estudantes, devidamente algemados (**vide p.108**).

Na reunião seguinte do Co, em 11 de abril, foram a voto os diversos destaques apresentados na reunião anterior. Dois “gatilhos” foram aprovados. Sempre que a folha de pagamento chegar a 80% do orçamento, a Reitoria tem permissão para congelar contratações e negar reajustes salariais. E, sempre que a despesa com salários chegar a 85% da receita, os futuros reitores — **este é o último semestre de M.A. Zago no cargo** — estarão obrigados a eliminar o valor excedente nos dois semestres seguintes, por meio de demissões, sendo que um terço do excedente, no mínimo, deve ser cortado já no primeiro destes semestres. Em 2016, segundo a Reitoria, a folha de pagamentos da USP equivalia a 104,95% do seu orçamento.

Além disso, foi aprovada, como parte dos “Parâmetros”, uma reestruturação do quadro de servidores da universidade. A obrigação é de que, a partir de 2022, 40% de todos os servidores da USP sejam docentes. Hoje os professores representam cerca de 30% dos profissionais da universidade. Assim, para adequar o quadro de pessoal à nova regra, será preciso cortar um número ainda maior de funcionários não-docentes.

A proposta inicial da Reitoria previa, ainda, que futuras modificações nos “Parâmetros de Sustentabilidade” exigissem maioria qualificada de votos no Co (dois terços). Contudo, o artigo foi removido por orientação da Comissão de Legislação e Recursos (CLR), por absoluta falta de amparo legal. Caso fosse mantida, a tentativa de evitar uma eventual revogação do pacote fiscal de M.A. Zago, impondo a



Magno de Carvalho, do Sintusp

necessidade de aprovação por maioria qualificada, constituiria uma flagrante aberração, uma vez que a regra restritiva foi aprovada, no âmbito do Co, por maioria simples.

Quando M.A. Zago tomou posse no início de 2014, a USP contava com 23.819 servidores. De lá para cá, com duas rodadas de PIDV, a instituição perdeu 3.676 servidores. O enxugamento de 15,43% em 3 anos fez deste período o de maior redução do quadro na história da USP

Ao aprovar tais medidas, o principal colegiado da universidade deu pistas de que a USP possivelmente enfrentará uma terceira rodada do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), medida originalmente instituída no primeiro ano de mandato da atual gestão reitoral.



Anete Farina, Flávio Ribeiro e Tatiana Stockler, do CPAT

Segundo o Portal da Transparência da USP, o atual quadro funcional é constituído por 5.958 docentes e 14.185 funcionários, num total de 20.143 servidores. Portanto, para atingir a meta de proporção 40-60 entre professores e funcionários não docentes, o contingente destes últimos tem que ser reduzido dos atuais 14 mil para cerca de 9 mil.

Se o reitor declarou, quatro dias antes da aprovação dos “Parâmetros de Sustentabilidade”, que “essas medidas não serão usadas para demissões”, como é que a USP pretende cortar mais 5 mil funcionários? Em nota, a Reitoria afirmou que, para chegar à nova relação obrigatória 40-60, a reposição de funcionários vai ser feita “em número inferior ao número de vacâncias, de modo a permitir reposição proporcionalmente maior de docentes”.

Magno de Carvalho, diretor do Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp), entende que as rodadas de demissões voluntárias ainda não acabaram. “Fechamos um acordo coletivo agora que envolve banco de horas, relógio de ponto e uma série de coisas que fomos obrigados a aceitar. Na hora de fechar o acordo dissemos que queríamos garantia de emprego”, relata Magno. “Para nossa surpre-

sa, aceitaram por um ano. Mas em seguida disseram que esse acordo não contaria para caso de PIDV. Falaram que não estavam afirmando que teria nem que deixaria de ter, que estariam se prevenindo”, conta o sindicalista.

Quando M.A. Zago tomou posse no início de 2014, a USP contava com 23.819 servidores. De lá para cá, com duas rodadas de PIDV, a universidade perdeu 3.676 servidores. O enxugamento de 15,43% de seus profissionais em apenas três anos fez deste período aquele de maior redução do quadro de servidores na história da USP.

Em declarações concedidas à *Revista Adusp*, os psicólogos e supervisores de estágio Anete Souza Farina, Flávio Ribeiro e Tatiana Freitas Stockler das Neves, do Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT) do Instituto de Psicologia (IP-USP), observam que a universidade adere acriticamente ao contexto de reformulação e desmonte de políticas públicas. “Frente a este plano político, a universidade poderia ser um local de contraposição. Tendo como justificativa o discurso da ‘crise financeira’, a USP não fez a opção por resistir ou se contrapor aos governos locais ou nacionais”, analisam.

O objetivo do PIDV, segundo o site da USP, é o de

“reduzir o grau de comprometimento dos repasses financeiros do governo estadual com a folha de pagamento de pessoal”, além de “reestruturar o quadro de recursos humanos e racionalizar a atividade administrativa”. Foi assim que a gestão M.A. Zago-V. Agopyan anunciou, já em agosto do seu primeiro ano de gestão, o primeiro PIDV, aprovado por maioria no Co. Os servidores interessados receberam, além dos valores relativos aos direitos constitucionais, duas indenizações: uma no valor de um salário por ano de trabalho até o limite de 20 salários e teto máximo de R\$ 400 mil, e outra no valor de 40% do saldo do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS). Nesse período desligaram-se da USP 1.433 servidores. A redução da folha de pagamentos foi de cerca de 4%, enquanto o dispêndio com as indenizações foi de R\$ 281 milhões.

Apesar de ter afetado bruscamente muitas unidades da USP, o baque mais forte da primeira rodada de PIDV foi no Hospital Universitário (HU). De uma só vez o hospital perdeu 213 servidores, a maioria da enfermagem (**vide p. 62 e seguintes**). A segunda rodada do PIDV foi aprovada em julho de 2016, dessa vez vetando a adesão de médicos e enfermeiros. A nova rodada desligou 398 técnicos administrativos, ao custo de R\$ 102,8 milhões.

Benedito Vitorino foi um dos que aderiram à segunda rodada do PIDV. Depois de trabalhar 28 anos como vigilante, e prestes a se aposentar, considerou que o programa era uma oportunidade para fazer um *pé de meia*. “Meu salário sempre foi baixo. Meu FGTS era mínimo. Estou com 57 anos de idade e 40 anos trabalhados. O incentivo de 20 salários é quase um prêmio para mim. Porque se não eu ia [me] aposentar com quase nada. Quero comprar alguma coisinha para deixar para os meus filhos”, expõe.

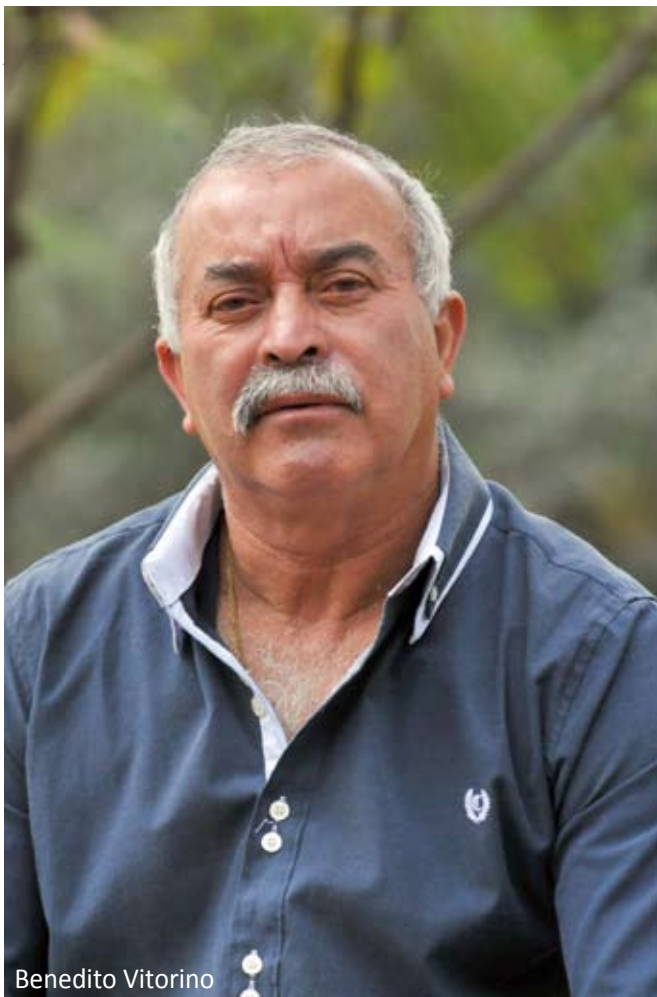
“Mas se eu não tivesse prestes a me aposentar eu não saía, não”, explica o vigilante. “A universidade está passando por um desmanche geral. Do jeito que estão indo as coisas, essa universidade daqui a uns dez anos vai estar cheia de empresa privada. A pior coisa que a USP fez nos últimos tempos foi terceirizar tantos serviços. E só não fez essas coisas mais cedo por causa da luta do pessoal, do Fórum das Seis”, opina Benedito, que diz que, morando no Jaguaré e ainda pouco acostumado a não trabalhar, tem vindo caminhar nas ruas da universidade. (O Fórum das Seis é a articulação dos sindicatos de docentes e de funcionários da USP, Unesp e Unicamp e do Centro Paula Souza.)

Por que, como Benedito, tantas pessoas aderiram às demissões voluntárias? Na opinião de Magno de Carvalho, além das situações peculiares como as de Benedito, o “medo de ter a cabeça cortada mais tarde” e o desânimo são as maiores explicações. “Eu estou há 40 anos na USP e nunca vi tanta gente desanimada. Além disso, a demissão por justa causa aumentou muito. O chefe que já não gosta daquele funcionário se sente motivado por essa política da Reitoria”, descreve Carvalho.

Na opinião da equipe do CPAT-IP, os PIDVs conseguem “apagar os laços históricos da cultura universitária vigente”. Marcelo Ferreira (ICB) lembra: “Sem apoio técnico adequado, faz-se menos pesquisa e obtêm-se menos recursos externos para financiá-la”

A visão de Magno é compartilhada por Farina, Ribeiro e Neves, do CPAT. A opção pela demissão voluntária, destaca a equipe, “se dá fortemente por desânimo” diante das mudanças institucionais, numa perspectiva de piora. “Para os funcionários que ficam, além de uma sobrecarga de trabalho, ocorre um desprestígio que gera sofrimento. Há também um desejo de evasão, não efetivamente cumprido, porém psicologicamente estabelecido”, consideram, ao concluir que o PIDV gera “um estado provisório de permanência, uma espera de partida, seja por quem irá sair, seja para quem ficar”.

“A noção de universidade, seja a conservadora, seja a crítica-emancipatória, perde lugar para uma administração que funciona em razão dela própria”, sintetiza a equipe do CPAT: “Esse modelo hoje está provocando um estranhamento de que existam na universidade as próprias figuras de estudantes, professores e técnicos de ensino, pesquisa e extensão, como se estes fossem corpos fora do lugar”. A contratação, pela USP, da consultoria norte-americana McKinsey&Company explicita, na avaliação dos três pesquisadores, a opção pela “implantação plena de uma ‘gestão de empresa privada’, provocando um descompasso entre o que constitui esta universidade e o que constitui uma empresa privada”.



Benedito Vitorino

Fotos: Daniel Garcia

Entre os reflexos imediatos dos PIDV 1 e 2 estão a suspensão de matrículas nas creches da universidade, a redução do atendimento do HU, a terceirização dos restaurantes e a sobrecarga de trabalho aos que permaneceram. Magno é lotado na Escola de Comunicações e Artes (ECA) e conta que dos 12 funcionários do Departamento de Jornalismo restaram apenas cinco. “A situação dos restaurantes também está dramática. A Superintendência de Assistência Social divulgou o dado de que quase 50% dos funcionários estão com LER [lesão por esforço repetitivo], porque ali trabalham pesado, com cozinha industrial. Com o adoecimento sobra ainda mais para quem fica”, comenta.

Marcelo Ferreira, professor do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB-USP), destaca que o mais gritante na forma como os PIDVs foram implementados foi “a impossibilidade de as unidades de ensino e pesquisa opinarem sobre a elegibilidade de servidores de alguns setores e serviços considerados cruciais”. Apesar da aparente economia com a redução da folha de pagamentos, Ferreira chama a atenção para o risco de um ciclo vicioso: “Sem apoio técnico adequado, faz-se menos pesquisa e obtêm-se menos recursos externos para financiá-la. Ou seja, além do impacto científico-acadêmico, podemos ter um impacto financeiro igualmente negativo”.

Os PIDVs têm algumas características pouco vistas na história da USP. Uma delas é a possibilidade de demissão com uma verba rescisória. Outra é o público ao qual se destina primordialmente: servidores que estão há mais tempo na universidade, testemunhas de sua história e memória institucional. Dessa forma, o Programa age, na opinião dos psicólogos do CPAT, de forma a “apagar os laços históricos da cultura universitária vigente, reiterando, em diversas instâncias, a visão simplificada de que tudo aquilo que é novo é bom”.

“A busca do equilíbrio financeiro só se faz necessária porque durante uma década foi construído, cuidadosamente, um desequilíbrio financeiro”, aponta o professor Otaviano Helene (IF), ex-presidente do INEP-MEC



Professor Marcelo Ferreira

Na opinião de Bruno Sperb Rocha, representante dos funcionários no Co, a justificativa dada pela Reitoria de que a crise financeira da USP é agravada pelo excesso de funcionários não se sustenta. Quando M.A. Zago assume a Reitoria, em 2014, a USP tinha 17.612 funcionários. “Esse número de funcionários é praticamente o mesmo que havia em 1989, quando a autonomia universitária é conquistada. Só que de lá para cá aumentou o número de *campi*. Os cursos e programas de pós-graduação mais do que dobraram. A USP incorporou a Faculdade de Engenharia de Lorena [Faenquil, agora EEL] e criou a EACH [Escola de Artes, Ciências e Humanidades]”, recorda. “Então a universidade no mínimo dobrou — e do ponto de vista do número de



funcionários se manteve igual até 2014. Agora o quadro de funcionários foi reduzido em quase 20%”, aponta.

Quanto à falta de dinheiro, o repasse do governo é inferior até mesmo ao definido por lei. Os 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias-Quota Parte do Estado (ICMS-QPE) são a principal fonte de receita das universidades estaduais de São Paulo. “O governo passou a fazer descontos, por exemplo de Nota Fiscal Paulista, Habitação [1%], juros e dívidas ativas do Estado. Passou a descontar esse dinheiro do ICMS antes de fazer incidir sobre ele o valor de 9,57%. Esse procedimento não é realizado antes de fazer o repasse para outros entes, e não é justificado”, critica Rocha.

“Em 2005 a Alesp [Assembleia Legislativa de São Paulo] chegou a aprovar 10% do ICMS e o governador vetou, com base em uma carta assinada pelas reitorias da USP, Unesp e Unicamp”, rememora o representante dos funcionários no Co. Em 2014 o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais (Cruesp) concordou com as reivindicações do Fórum das Seis e solicitou ao governo e à Alesp um aumento do repasse do ICMS-QPE de 9,57% para 9,907%. O governador Geraldo Alckmin (PSDB), que possui ampla maioria na casa legislativa, ignorou o pedido.

Otaviano Helene, professor do Instituto de Física (IF-USP), ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP, órgão do MEC) e ex-presidente da Adusp, em artigo intitulado “Como desidratar uma universidade” (publicado na revista *Caros Amigos*), afirma que os gastos financeiros da USP na última década não aconteceram de forma academicamente orientada. A atual busca do equilíbrio financeiro, anotou, só se fez necessária “porque durante uma década foi construído, cuidadosamente, um desequilíbrio financeiro”.

Entre muitos exemplos de “fatos estranhos a um projeto acadêmico” no que se refere aos gastos da USP, Helene lista a aquisição “de vários imóveis, entre eles um terreno e conjuntos comerciais na cidade de São Paulo, sem que tenha surgido uma demanda para tal”; a “abertura de escritórios no exterior, posteriormente fechados, sem que tenham tido qualquer utilidade”; “a Praça dos Museus, um edifício no terreno da Rua da Consolação e diversas outras obras [...] iniciadas de forma estabanada”. Em síntese: “Gastou-se dinheiro para iniciar as construções; gasta-se para mantê-las paradas por falta de dinheiro para conclusão; e, certamente, serão gastos recursos para pagar multas por interrupção de contratos”.

As medidas tomadas nos últimos três anos para reduzir os gastos “não tiveram sucesso”, na visão de Marcelo Ferreira. “Se nada diferente for feito, restará à administração central o caminho mais simples: o corte linear de salários, com as



Professor Otaviano Helene

Os gastos descabidos, bem como os cortes de gastos igualmente despropositados são parte de um projeto político que visa “não aumentar o tamanho acadêmico da USP”, adverte Otaviano Helene. E por que uma escolha dessa seria feita? “No Brasil, e em especial no Estado de São Paulo, o objetivo não parece ser otimizar os retornos dos investimentos feitos, mas, sim, impor um modelo de sociedade, o qual implica incentivar maior mercantilização das atividades de interesse social, mesmo que isso exija que a univer-

demissões que for possível fazer via PIDV, ao longo dos próximos anos, até atingir-se uma redução da ordem de 25%-30% da folha salarial para chegarmos a patamares definidos como ‘ideais’”, sintetiza o professor do ICB. “Uma medida dessa natureza tem o potencial de tornar a crise política que a USP atravessa ainda mais explosiva, apagando qualquer vestígio de mediação e diálogo entre os dirigentes e a comunidade acadêmica”, avalia. “Uma receita para o desastre completo”.

A “passividade com que acompanhamos essa firme caminhada ao fundo do precipício” é uma das preocupações de Ferreira. “Em um momento que requer força e união, a comunidade acadêmica está esgarçada, envolvida em uma luta pela sobrevivência individual na base do ‘salve-se quem puder’”, deplora.

“Todas as medidas que vieram na esteira dos PIDVs são diretrizes do projeto apresentado pela McKinsey”, avisa Bruno Sperb Rocha. A seu ver, os oligarcas da USP criam um problema: a falta de dinheiro, e uma solução: o dinheiro da iniciativa privada

sidade faça uma sequência de gastos sem retorno acadêmico, cultural, científico, educacional etc.”, argumenta. “Afinal, as palavras do secretário de Educação paulista, que refletem, certamente, a posição do governador do Estado, são claras: além de justiça e segurança, ‘tudo o mais deveria ser providenciado pelos particulares’”, conclui Helene.

Na mesma linha, Rocha acredita que os grupos políticos à frente da Reitoria “criam o problema da falta de dinheiro” para que eles mesmos apresentem a solução: o dinheiro da iniciativa privada. “Todas as medidas que vieram na esteira dos PIDVs são diretrizes do projeto inicial apresentado pela consultoria da McKinsey”, acrescenta. Magno de Carvalho complementa:

“A iniciativa privada não doa. Ela investe. Tem seu propósito de mercado. Essa universidade vai continuar sendo pública, gratuita e de qualidade se a gente resistir. Mas é uma guerra que estamos perdendo”.